

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

O MITO DA QUALIFICAÇÃO

Marcelo Lima¹
Renan dos Santos Sperandio²

1 INTRODUÇÃO

Definir em que medida a qualificação e a escolarização interferem no processo de inserção no emprego no Brasil atual é uma tarefa difícil e complexa. Até porque a oferta de cursos, por si só, não tende a resolver a demanda por mão de obra, e isso se dá por uma questão bem objetiva: Se não há demanda de mão de obra para determinada área, não faz sentido ofertar cursos. A oferta de cursos para uma determinada profissão que não demanda por mão de obra tende a criar duas situações: Ampliar o lucro das instituições de ensino que ministram treinamentos e cursos de qualificação, e criar um cadastro de reserva que favorece, apenas, ao mercado capitalista. De nada adianta uma disseminação de cursos de qualificação incapazes de garantir egressos que se insiram no mercado de trabalho, inclusive quando o cenário é de incapacidade de absorção dessa mão de obra.

É nítido perceber que existem funções que são exercidas pelo trabalhador que não exigem certos conhecimentos teóricos aprofundados para sua execução, podendo o trabalhador ir executando-as no cotidiano de seu trabalho e no cotidiano se constituir cada vez mais apto para executar determinada função. Isso porque existem ocupações nas quais o

¹ Doutor em Educação pela UFF e Docente da UFES-PPGE; membro pesquisador do Núcleo de Estudos sobre o Trabalho da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo

² Graduando em Pedagogia na UFES, bolsista de iniciação científica e membro do Núcleo de Estudos sobre o Trabalho da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

aprendizado se dá no ato da produção e que uma separação entre o ato de produzir e aprender não faria sentido. Ou seja, um auxiliar de pedreiro, por mais que faça um curso que o “capacite” para o exercício de sua função, não terá uma formação efetiva enquanto não atuar no cotidiano da produção, de modo que o curso pouco acrescenta na sua intervenção na realidade.

Diante disso, entende-se que é a conjuntura econômica que vai definir que num determinado momento se tenha um profissional “qualificado” ou não. O que leva a cada uma das possibilidades colocadas são momentos antagônicos. Quando há um “boom” no mercado, uma necessidade de intensificar a produção e o mercado carece de mão de obra, ocorre uma inserção de mão de obra “sem qualificação” para que a produção consiga atingir as metas definidas.

Sendo assim relacionar cursos de qualificação social ao aumento de emprego e renda não faz sentido, tendo em vista que se faz necessário fazer uma análise da conjuntura do mercado e quais as exigências do empregador para determinado momento. Portanto o presente trabalho se lança a pesquisar essa realidade para que seja possível discutir os fatores que influenciam a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, fazendo alguns recortes metodológicos.

Como metodologia será usado a combinação de dados que partem de diversas fontes (CAGED, SECTTI, A GAZETA, Sites de Instituições que ofertam cursos de qualificação Social e profissional), com o intuito de identificar quais vagas de emprego são mais demandadas no estado do Espírito Santo no ano de 2012, nos atendo ao eixo tecnológico de infraestrutura.

As vagas mais demandadas serão comparadas com o perfil que é exigido pelo empregador e com os cursos ofertados pelas instituições que participam dos diversos programas de qualificação, fazendo um comparativo e analisando os dados obtidos. O caminho metodológico empreendido neste trabalho utiliza-se da combinação de quatro recortes do fenômeno estudado. Uma das fontes desta pesquisa é o site do Ministério do

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Trabalho, mais especificamente dados extraídas pelo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) que informa dados mensais de diversas contratações e demissões nos diversos setores empregadores no Espírito Santo e em outras unidades federativas. Para a referida pesquisa, nos atemos a extrairmos os dados de contratações na área de infraestrutura, indicando admissões, desligamentos e de um saldo de empregados no ramo da infraestrutura. Para evitar duplicidade de dados, foi elaborado um banco de dados que organiza cada profissão dentro da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, fazendo um recorte da mão de obra do estado do Espírito Santo no período de 2012. Outra fonte deste trabalho foi o site da SECTTI que elenca as profissões que mais tiveram “peso” nas demandas por emprego publicadas, o que indica um alto índice de exigência de tais funções.

Foi feito um comparativo entre os dados obtidos pelo CAGED e os da SECTTI de modo que seja possível identificar se as profissões que mais aparecem nas publicações da secretaria são as que mais contratam. A fonte 02 é o jornal “A Gazeta” coluna de empregos. Definido as ocupações mais demandadas, será analisado os pré-requisitos explicitados nos anúncios publicados no jornal, dentro do eixo tecnológico de infraestrutura e articulando os anúncios com as profissões que foram demandadas no mesmo período, buscando identificar as exigências que são pautadas pelos empregadores. Outra fonte foi o jornal “A gazeta” que nos seus anúncios publicados na coluna oportunidades registra os pré-requisitos para a inserção no emprego. Além disso, também se verificou nos sites das instituições de educação profissional e imprensa em geral a oferta de cursos de educação profissional.

Para classificação das demandas por mão de obra procede-se aqui um agrupamento das demandas por semestre do referido ano em três categorias: a) as ocupações que “não exigem qualificação”, Esse grupo composto geralmente por auxiliares e ajudantes não possuem função definida ou exigem pouco conhecimento de entrada; b) as ocupações que podem ou não exigir aqui denominadas de “qualificação relativa” caracterizam-se por funções cujo conhecimento profissional adquire-se dentro e fora da escola e do trabalho (exemplo: pedreiro); e c) as ocupações que sempre exigem uma formação aqui denominada de

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

ocupações com “qualificação pré-determinada”. São profissionais cuja atuação está regulamentada (exemplo: técnicos em edificações – carteira do CREA e diploma de curso técnico de nível médio).

Por fim, faremos uma correlação entre os dados, no qual será possível identificar as similitudes entre demanda de mão de obra e oferta de cursos de qualificação, identificando se existe minimamente uma coesão entre o que o mercado “exige” e o que as instituições ofertam de cursos para inserção no mercado. Além disso, será possível fazer um balanço da qualidade e funcionalidade destes cursos para as profissões demandadas, com uma análise crítica da necessidade de pensar determinados cursos de qualificação. De modo, que seja possível repensar, reconstituir, reformular estruturas curriculares de cursos de formação profissional. Deve-se, pensar uma qualificação social que possibilite ao trabalhador uma inserção no mercado, mas que não o “aprisione” por meses em formações que se quer conseguem garantir uma inserção no mercado de trabalho.

2 A Teoria do Capital Humano e o discurso da empregabilidade como estratégias do Capital.

Partindo por hipótese inicial considera-se a Teoria do Capital Humano e o discurso da empregabilidade como forma de linguagem e de ideologia difundida pelo capital para a) justificar as causas do desemprego; b) culpabilizar o trabalhador que se encontra fora do mercado formal de trabalho e desprovido de certos tipos de conhecimentos, habilidades e competências apontados pelo capital como indispensáveis; c) atribuir uma falsa centralidade à educação na sua relação com o trabalho e d) criar um mercado de formação.

Theodore Schultz foi um dos grandes nomes a propor essa concepção, segundo a qual a educação e economia teriam uma relação direta, de modo que seria possível “justificar” a riqueza de uma nação ou indivíduo pelo nível de qualificação que este/esta possui. Deste modo os problemas dos países da periferia do capital não seriam apenas a extração de suas

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

riquezas e a intensa exploração de mão de obra nem as mais diversas condições impostas pelo imperialismo. Mas o simples fato de que estes não possuem um investimento em educação capaz de qualificar sua mão de obra para as demandas do mercado e deste modo promover uma gradativa ascensão social e uma divisão de renda mais justa e igualitária. Vale dizer que tal perspectiva, que apresenta a qualificação como um tipo de “capital”, denominando-se como “Teoria do Capital Humana”, encontrou tamanha aceitabilidade e inserção social que em 1970 o prêmio nobel de economia foi para Schultz.

Tal abordagem de análise econômica veio como resposta ao crescente e vergonhoso índice de desigualdade que se acentuava, constringendo os grandes pensadores do capital. Em dados extraídos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) os números de mais ricos, na década de 70, crescia (e cresce até hoje) e proporcionalmente disparava o número de pobres. No Brasil, a chaga da desigualdade manchava a imagem que se tinha do “milagre econômico” que o país havia vivenciado. O coeficiente de Gini, que mede a desigualdade na qual zero corresponde a um alto índice de distribuição de renda e um significa que poucos possuem toda a riqueza produzida pelo país, no Brasil esta taxa estava atingindo a faixa de 0,56 pontos. O poder público passa então a ser culpabilizado por não “se esforçar” em realizar uma maior distribuição de renda. Nesse processo se intensificam os discursos de que seria necessário o investimento no “capital humano” para fazer o país/indivíduo ter condições de ampliar – potencializar sua força produtiva e diminuir a desigualdade e resolver o problema do desemprego. Deste modo:

A fórmula seria simples: Maior investimento social ou individual em educação significaria maior produtividade e, conseqüentemente, maior crescimento econômico e desenvolvimento em termos globais e ascensão social do ponto de vista individual (FRIGOTTO, 2006, p. 9).

Portanto, a educação passa a ser vista como um fator decisivo para o desenvolvimento econômico. Porém, “o que a teoria do capital humano evade e esconde são as relações

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

capitalistas efetivas de produção, cuja lógica é ao mesmo tempo, de acumulação, concentração e exclusão” (Idem, p.8), pois para subsistir o capitalismo exige a contínua concentração de capital e uma expansão geográfica sem limites. Como bem aponta Marx (2003) a necessidade de um mercado sempre em expansão impele a burguesia a invadir e se perpetuar por todo o globo, estabelecendo-se em toda parte explorando em toda parte, criando vínculos em toda a parte.

3.0 O Emprego no Espírito Santo em 2012

Num primeiro recorte toma-se como referência determinado espaço e tempo nos quais vagas de emprego são ofertadas para indicar as ocupações mais demandadas no estado do Espírito Santo. Com base na fonte **01** (site da secretaria de ciência, tecnologia, trabalho e inovação do estado do Espírito Santo) analisa-se informações disponíveis no site www.sectit.es.gov.br que informa semanalmente as vagas de emprego mais demandas no ano de 2012 dividido por semestre.

Para classificar as ocupações mais demandas procede-se a alguns enquadramentos que subclassificam as ocupações mais demandadas em cada semestre no estado do Espírito Santo por eixo tecnológico (ver catálogo Pronatec-Fic) e em três tipos: a) ocupações sem qualificação; b) ocupações com qualificação relativa; e c) ocupações com qualificação determinada. No primeiro caso são empregos para ajudantes, auxiliares, braçais, etc que realizam tarefas simples que pela repetição tornam-se meio para aprendizagem de outras funções pouco mais complexas. No segundo caso, são ocupações que tem qualificação em cursos disponíveis, mas também podem ser apropriadas por processos de experiência profissional. Exemplo: cabeleireiro, eletricitas, mecânicos, etc. E no terceiro caso, são ocupações formadas em cursos determinados para as quais a inserção já exige determinada formação. Exemplo: motorista, técnicos, engenheiro, etc.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

1º Semestre de 2012

No primeiro semestre de 2012 as ocupações mais demandadas pelos empregadores, em frequência de 0 a 100 (em ordem decrescente), informadas pelo sine estadual vinculado à seccit, para as **ocupações sem qualificação** foram: (84,58) Empregado Doméstico, (84,57) Vendedor, (79,15) Gari, (52,77) Ajudante de carga e descarga, (45,28) Ajudante de obra, (33,32) Vendedor de serviços, (28,96) Auxiliar de serviços gerais, (25,52) Vendedor interno, (25,51) Auxiliar de laboratório, (21,82) Auxiliar de linha de produção, (16,32) Servente de obras, (16,31) Atendente de telemarketing, (16,30) Auxiliar de escritório, (16,29) Servente de limpeza, (14,63) Auxiliar de crédito, (10,93) Ajudante de eletricista e (7,8) Ajudante florestal (ver anexo).

Para as **ocupações com qualificação relativa**, em frequência de 0 a 100 (em ordem decrescente), foram: (80,84) Pedreiro, (79,15) Oficial de serviços gerais, (71,35) Carpinteiro, (60,42) Operador de martelo pneumático, (59,95) Montador de móveis, (53,12) Caldeireiro, (47,78) Mecânico, (35,05) Costureira, (34,9) Cozinheiro, (29) Marteleiro, (27,76) Encanador, (27,75) Eletricista, (18,07) Encarregado de concreto, (18,06) Eletricista de manutenção, (18,05) Meio Oficial, (18,04) Encarregado de pedreiro, (18,05) Operador de máquinas, (16,32) Cobrador de ônibus, (16,31) Corretor de imóveis, (16,30) Encanador Industrial, (14,63) Assistente administrativo, (10,89) Consultor de vendas e (8,29) Cabeleireiro (ver anexo).

Para as **ocupações com qualificação determinada**, em frequência de 0 a 100 (em ordem decrescente), foram: (14,63) Motorista de caminhão, (14,60) Motorista de ônibus urbano, (10,93) Tratorista agrícola e (10,89) Motorista (ver anexo).

Utilizando-se a classificação das ocupações por eixo tecnológico, obtem-se outra classificação das vagas mais demandadas no primeiro semestre de 2012, em ordem decrescente com frequência de 0 a 1000: (714,4) **Infraestrutura** (Ajudante de carga e descarga, Ajudante de eletricista, Encarregado de concreto, Ajudante de obra, Eletricista de manutenção, Meio Oficial, Encarregado de pedreiro, Auxiliar de serviços gerais, Carpinteiro, Encanador, Cobrador de transporte coletivo, Eletricista, Servente de obras, Montador de móveis, Motorista, Empregado

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Doméstico, Motorista de caminhão, Motorista de ônibus urbano, Oficial de serviços gerais, Pedreiro, Assistente administrativo, Atendente de telemarketing, Auxiliar de crédito, Corretor de imóveis, Auxiliar de escritório, Consultor de vendas, Vendedor interno, Vendedor de serviços e Vendedor); (224,71) **Controle e processos Industriais** (Caldeireiro, Operador de martelo pneumático, Encanador Industrial, Mecânico, Marteleiro, Operador de máquinas e Auxiliar de linha de produção); (129,28) Ambiente e Saúde (Auxiliar de laboratório, Cabeleireiro, Servente de limpeza e Gari); **(106,4) Recursos Naturais** (Agricultor, Ajudante florestal e Tratorista agrícola); (35,05) Produção Cultural e Design (Costureira) e (34,9) Turismo, Hospitalidade e lazer (Cozinheiro) (ver anexo).

2º Semestre de 2012

No primeiro semestre de 2012 as ocupações mais demandadas pelos empregadores, em frequência de 0 a 100 (em ordem decrescente), informadas pelo sine estadual vinculado à sectit, para as **ocupações sem qualificação** foram: Vendedor (200,64), Ajudante de obra (137,03), Ajudante de carga e descarga (76,12), Auxiliar de linha de produção (40,79), Repositor (35,94), Embalador (35,04), Empregado Doméstico (35,01), Carregador de caminhão (32,15), Ajudante de reflorestamento (26,44), Operador de caixa (25,33), Auxiliar de corte (24,33), Frentista (24,25), Ajudante de Cozinha (23,61), Auxiliar de armazenamento (18,77), Auxiliar de estoque (18,66), Conferente de mercadoria (18,55), Auxiliar de lavanderia (14,57), Recepcionista (14,50), Auxiliar de produção (12,74), Balconista de açougue (12,64), Vendedor permissionário (11,59), Ajudante de embarque de cargas (10,61), Auxiliar de serviços gerais (9,68), Ajudante de motorista (8,39), Atendente de telemarketing (8,30) e Atendente de balcão (7,82).

Para as **ocupações com qualificação relativa**, em frequência de 0 a 100 (em ordem decrescente), foram: Pedreiro (189,05), Serrador (155,02), Costureira (135,87), Oficial de serviços gerais (133,45), Mecânico (129,19), Carpinteiro (76,33), Garçom (68,5), Agricultor (67,01), Eletricista (66,03), Mecânico montador (61,47), Encanador Industrial (60,08), Caldeireiro (55,19),

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Armador de ferragens (44,95), Açougueiro (32,01), Operador de marketing de rede (23,56), Cozinheiro (21,65), Cobrador de transporte coletivo (21,65), Aux. Téc de controle de qualidade (21,39), Marceneiro (18,13), Acabador de mármore (14,57), Salva vidas (14,57), Eletricista veicular (13,93), Arquivista (13,93), Assistente administrativo (13,93), Representante comercial (13,93), Fiscal de lavoura (11,97), Operador de máquinas (10,61), Pintor de automóveis (9,68), Copeiro (9,68), Estoquista (8,71), Aux. Controle de qualidade (8,71), Cabeleireiro (8,39), Cozinheiro de restaurante (7,82), Instalador de alarme (7,82), Montador (7,82), Fiscal de loja (7,82), Abastecedor de linha de produção (7,82) e Soldador (7,82).

Para as **ocupações com qualificação determinada**, em frequência de 0 a 100 (em ordem decrescente), foram: Motorista de entrega (52,11), Motorista (47,65), Motorista de ônibus urbano (21,65), Motorista rodoviário (18,77), Professor (16,94), Motorista carreteiro (16,52), Motorista de caminhão (11,97), Engenheiro de Planejamento (9,98), Engenheiro de segurança (9,98), Téc. Construção civil (9,98), Engenheiro de produção (9,98), Téc. Controle ambiental (9,98) e Analista ambiental (9,98).

Utilizando-se a classificação das ocupações por eixo tecnológico, obtem-se outra classificação das vagas mais demandadas no primeiro semestre de 2012, em ordem decrescente com frequência de 0 a 1000: **Turismo, Hospitalidade e lazer (139,08)** [Ajudante de Cozinha, Cozinheiro de restaurante, Atendente de balcão, Copeiro, Cozinheiro e Garçom]; **Infraestrutura (1144,35)** [Ajudante de carga e descarga, Ajudante de embarque de cargas, Ajudante de motorista, Carregador de caminhão, Ajudante de obra, Armador de ferragens, Auxiliar de armazenamento, Auxiliar de serviços gerais, Carpinteiro, Cobrador de transporte coletivo, Eletricista veicular, Eletricista, Auxiliar de lavanderia, Frentista, Instalador de alarme, Engenheiro de Planejamento, Engenheiro de segurança, Marceneiro, Montador, Téc. Construção civil, Motorista, Motorista de entrega, Motorista carreteiro, Empregado Doméstico, Motorista de caminhão, Motorista de ônibus urbano, Motorista rodoviário, Oficial de serviços gerais e Pedreiro]; **Gestão e Negócios (392,32)** [Arquivista, Assistente administrativo, Atendente de telemarketing, Auxiliar de estoque,

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Conferente de mercadoria, Estoquista, Fiscal de loja, Representante comercial, Operador de caixa, Recepcionista, Repositor, Vendedor de serviços, Vendedor e Vendedor permissionário); **Desenvolvimento Educacional e Social (16,94)** [Professor]; **Controle e processos Industriais (377,61)** [Caldeireiro, Pintor de automóveis, Embalador, Mecânico montador, Encanador Industrial, Mecânico, Abastecedor de linha de produção, Operador de máquinas e Soldador]; **Informação e Comunicação (23,56)** [Operador de marketing de rede]; **Produção Industrial (263,2)** [Acabador de mármore, Auxiliar de linha de produção, Aux. Téc de controle de qualidade, Engenheiro de produção, Aux. Controle de qualidade, Auxiliar de produção e Serrador]; **Recursos Naturais (125,38)** [Agricultor, Analista ambiental, Fiscal de lavoura, Téc. Controle ambiental e Ajudante de reflorestamento]; **Segurança (14,57)** [Salva vidas]; **Produção Alimentícia (44,75)** [Balconista de açougue e Açougueiro]; **Produção Cultural e Design (160,2)** [Costureira e Auxiliar de corte] e **Ambiente e Saúde (16,94)** [Cabeleireiro].

3.1 O Emprego no eixo tecnológico de Infraestrutura no ES

O objetivo da pesquisa é correlacionar os dados fazendo a triangulação das fontes. Para tanto, escolhemos as profissões que encontramos presente tanto na fonte 01, quanto na fonte 02 e na fonte 03. Para a pesquisa, buscou-se identificar, de início, a mão de obra demandada e contratada no ano de 2012. Para sistematizar os dados obtidos pelo site do CAGED – MTE, foi elaborado uma planilha que contém a identificação CBO, a ocupação, o número de admissões para a referida ocupação, o número de desligamento, o saldo que existe a partir da subtração entre o número de admissão e desligamentos, além de apresentar números que correspondem a um apanhado geral de praticamente todas as admissões e desligamentos de todas as áreas no estado do Espírito Santo no semestre do ano em análise. Também foi possível a partir dos dados levantados um quantitativo que corresponde ao número de trabalhadores que estão em exercício no referido semestre do ano em análise.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Das profissões mais demandadas, as ocupações que mais contrataram, segundo os dados do CAGED no primeiro semestre de 2012, foi a ocupação de Marteleiro que apresentou 285 contratações. Já as ocupações de pedreiro, encarregado de obra tiveram 7.266 e 971 contratações respectivamente.

Já no segundo semestre de 2012, foi possível atestar que das ocupações que mais contrataram, no segundo semestre de 2012 foi cortador de pedras com 636 contratações, pedreiro com 5.326 contratações, carpinteiro com 1.744 contratações, pintor com 699 e montador de motor elétrico com 22 contratações. Destas pode-se classificar a ocupação de cortador de pedras como uma ocupação que não necessita de qualificação, pois subentende-se que o profissional não necessita de saberes específicos para conseguir realizar seu trabalho, de modo que seu aprendizado se dá no próprio contexto de trabalho. Já as outras profissões citadas podem ser consideradas como sendo de qualificação relativa, pois as mesmas podem em determinados momentos exigir uma qualificação do trabalhador, mas a apropriação deste saber laboral pode se dar também pelo cotidiano do serviço, haja visto que nem todo pedreiro possui curso de qualificação, mas a experiência no ramo pode o constituir um exímio profissional.

Das profissões mais informadas pelo Sine Estadual vinculado à SECTTI foi possível identificar que as profissões que mais apareciam nas publicações da SECTTI, no primeiro semestre era a de Pedreiro, com uma frequência de 80,84%³, seguido pela profissão de Marteleiro (29%) e de Encarregado de Obras (18,04%). Dentre as quais, pode-se destacar a ocupação de Marteleiro que é uma ocupação que não exige a necessidade de qualificação para sua execução, de modo que no cotidiano do seu exercício laboral, o trabalhador adquire saberes que o possibilite exercer sua função com certa destreza; portanto, podemos afirmar que a ocupação de marteleiro é uma ocupação sem qualificação. Já as demais ocupações

³ Esse número equivale à relação entre a quantidade de vezes que era anunciado a vaga de determinada área. O cálculo se dá pela seguinte forma: Por exemplo, se de dez notícias sobre vagas de empregos no semestre x do ano y, cinco notícias apresentavam vagas para determinada área, como no site do SECTTI não existe o número de vagas que dispunha para tal ocupação, levantou-se o total de vezes que as ocupações apareciam nas notícias e por proporcionalidade definiu-se tais valores.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

citadas, podem ser consideradas como sendo de qualificação relativa, pois as mesmas podem em determinados momentos exigir uma qualificação do trabalhador, mas a apropriação deste saber laboral pode se dar também pelo cotidiano do serviço.

Já no segundo semestre de 2012 as profissões mais informadas pelo Sine Estadual vinculado à SECTTI foi a de cortador de pedras (14,57%), Pedreiro (189,05%), Carpinteiro (76,33), Pintor (9,68) e Montador (7,82). Diante das profissões levantadas percebe-se uma relação entre as contratações realizadas com as publicações do Sine estadual feitas pela SECTTI, de modo que as profissões que mais contratam são as que mais aparecem nas notícias de demandas por mão de obra. Quando observamos os dados obtidos no site do CAGED encontramos uma informação que nos ajuda a pensar a constante publicização das vagas; tal como a de pedreiro, por exemplo. Lá identificou-se que estas profissões também são as que mais demitem seus funcionários, gerando assim um ciclo de contratação e demissão diretamente proporcionais, o que justifica que mesmo sendo uma das profissões que mais contratam trabalhadores, sempre apareça nas divulgações de vagas publicadas no site da SECTTI.

Vencida esta etapa, busca-se por agora analisar os requisitos de inserção no emprego, utilizando a fonte 02 – Jornal A Gazeta, será analisado tais requisitos para algumas das ocupações da área de infraestrutura nos semestres do ano de 2012. Para tanto, foi realizado uma análise documental da fonte 02, do jornal “A Gazeta” na coluna de empregos. Tais pré-requisitos são estabelecidos pelos empregadores e se tornam critério de acesso ao emprego, mas também indicam a validade e a necessidade da qualificação profissional.

4.0 Análise das demandas por força de trabalho

Neste item, compararemos cada profissão colocada em análise, de modo que seja possível perceber os distanciamentos e proximidades que existem entre as fontes levantadas. Procurando articular os dados obtidos, buscando identificar se a teoria do capital humano e o

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

discurso da empregabilidade tem logrado êxito na resolução do problema do desemprego em nosso estado. Bem como será possível identificar se os cursos ofertados pelas instituições estão em consonância com: a) exigência do empregador; b) demanda de vagas no mercado.

A partir da pesquisa, foi possível perceber que as ocupações que mais demandam vagas são as que mais demitem, ocasionando uma alta rotatividade no setor. Por exemplo, quando observado os dados obtidos no site do CAGED é possível notar que a ocupação de pedreiro admitiu, no segundo semestre de 2012, cerca de 5.326 trabalhadores, mas no mesmo semestre foi responsável pelo desligamento de mais de 6.000 funcionários. Com isso, mais de 674 trabalhadores que estavam no exercício da função perderam seus empregos. Neste mesmo ano, só o SENAI ofertou cursos de 220 vagas para “qualificar” mão de obra para atuar no ramo da alvenaria.

Ora, a partir do exposto acima percebe-se que esses trabalhadores, ou serão reabsorvidos pelo mercado, ou serão contemplados por políticas públicas passivas; tal como o seguro desemprego. Afinal, um operário do ramo da alvenaria com experiência de atuação não fará um curso para “aprender” o que ele já faz. Inclusive, pelo fato de nas exigências do empregador não se exigir como pré-requisito de contratação um curso de qualificação, e quando exige, também é contratado um trabalhador que, na ausência do curso, apresenta certo nível de experiência de atuação no ramo, este trabalhador conseguiria a vaga sem precisar fazer um curso para o “qualificar”. Portanto, diante desse recorte feito apenas com a profissão de pedreiro, se percebe que, a oferta desse curso vem, de certo modo, piorar o que já está ruim, pois ao invés de “capacitar” o trabalhador para atuar em um ramo com pouca mão de obra, forma um exército de reserva “qualificado” para se inserir nesse alto índice de rotatividade que apresenta a referida profissão.

Além disso, foi possível perceber que quanto maior a demanda por mão de obra, dentro de um espaço-tempo, maior será a oferta de curso e maior será a exigência do empregador. Quando se observa a ocupação de *mestre de obras*, por ser uma profissão que não é exercida por um quantitativo elevado de trabalhadores, não foi possível verificar cursos

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

voltados para qualificação destes profissionais. Sendo assim quanto maior o número de trabalhadores desempregados de uma determinada área de atuação, maior será a exigência do empregador, e maior será a oferta de cursos que ajudarão o empregador a realizar uma “seleção” de mão de obra e angariar profissionais mais “qualificados”.

Os cursos ofertados vão de encontro as ocupações que mais possuem mão de obra, que mais demitem, que possuem um alto índice de rotatividade, que exigem pouca escolaridade, e são cursos de curta duração. Além disso, os cursos ofertados ajudam a formar mais trabalhadores “desempregados”, pois tais cursos, não surgem numa lógica de capacitar o profissional da área, mas de formar novos profissionais. Por exemplo, um *pintor de obras* que trabalha no ramo há dez anos, provavelmente não fará um curso de *pintor de obras* para aprender a fazer o que ele já faz. Portanto, quem fizer tal curso virá de outro ramo; ou seja, se a profissão de pintor tinha desligado 846 trabalhadores, o mercado de formação ainda acrescentará a este número cerca de 165 alunos-trabalhadores. Portanto, essa lógica formativa tem conseguido ampliar o número de operários em busca por emprego, fazendo oscilarem de uma profissão para outra, “vendendo” uma incerteza que é a vaga em determinada ocupação.

Tais cursos apresentam uma falsa ilusão de conseguirem resolver o problema do desemprego, pois estão servindo a um ramo com um elevado índice de rotatividade, portanto conseguem ter egressos que ajudam a reforçar este senso comum. Porém quando observamos os dados, fazendo uma análise do movimento do real, percebemos que estes cursos vem proporcionando é uma super-produção de mão-de-obra, das quais ficam a mercê das rotatividades do mercado.

Essa rotatividade tem conseguido manter a aparência de resolução das questões do desemprego, pois muitos dos trabalhadores que são desligados de suas profissões, acabam se beneficiando de políticas públicas passivas (Seguro desemprego, FGTS), enquanto outros são readmitidos ou participam de um programa, tal como o PRONATEC/FIC, que permite que o trabalhador estude e ganhe uma bolsa-formação. Diante disso, percebemos que é um sistema que vive em dependência do outro e tudo depende do mercado e o mercado depende de sua

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

própria vontade. Logo, há uma situação de alto risco que se intensifica, onde de um lado temos uma tendência de “enxugamento” da mão de obra, de outro a redução de investimento nas políticas passivas, que entrarão em choque com a quantidade de trabalhadores “qualificados” sem emprego. Logo, o que a TCH e o discurso da empregabilidade vem trazer é como diria Marx (2003), armas contra si mesmo, pois sua existência é incompatível com a sociedade.

Além disso, foi possível observar que há uma tendência cada vez mais crescente e alarmante de dissociar a escolarização de cursos profissionalizantes. Inclusive, programas que vinham com uma perspectiva de articulação entre o saber escolar e a formação profissional como o PROEJA vem perdendo espaço para programas como o PRONATEC que, num retrocesso, desarticula essa correlação e em alguns cursos apresentam uma carga horária que se mostra incompatível para formação de determinados trabalhadores.

Ademais, foi possível perceber que das vagas ofertadas, muito do que se era exigido pelo empregador não era se quer a qualificação em si, mas a *experiência no ramo de atuação*. Isso tem gerado um enorme obstáculo para quem deseja se inserir em determinados setores, atingindo principalmente a juventude pobre e negra que não possui acesso a uma escolarização de qualidade que o possibilite se inserir em determinadas áreas de trabalho, e que também não possui experiência para atuar em outras funções no mercado que poderiam lhes trazer um rendimento melhor, restando para estes trabalhadores serviços ainda mais desqualificados, com uma rotatividade ainda maior, e numa condição de precarização ainda mais intensa.

Uma educação profissional de qualidade é uma ferramenta que pode garantir a superação desse sistema exploratório e desumano que é o capitalismo. A educação deve ser dialética; ou seja, manter o equilíbrio entre a tensão da vida produtiva e a vida social (GOMES; BATISTA, 2015).

Por mais que se proponha uma formação profissional que esteja articulada a escolarização, numa perspectiva que garanta ao trabalhador uma formação omnilateral,

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

segundo a qual Saviani vai definir como sendo aquela capaz de desenvolver ao máximo o potencial dos indivíduos (IBIDEM apud SAVIANI, 1994), entende-se que a educação profissional deve estar pautada num processo que ensine para além da prática laboral, de modo que garanta o refletir de uma práxis para o não conformismo de uma realidade social. Portanto é importante pensar em ações conjuntas, para além de reformas nos programas ou das políticas de qualificação que se pautem nas “eternas” parcerias público-privado. Por mais que seja possível alcançar algumas melhorias na oferta dos programas de qualificação social e profissional, enquanto estes estiverem sendo executados dentro da ótica capitalista sempre encontraremos limitações, pois o capitalismo pressupõe a lógica da exploração e do desemprego. Portanto todas as melhorias alcançadas acabarão por se adaptar a lógica do capital. Sendo assim é preciso pensar em políticas que atuem em bloco com outros setores, e que garanta uma formação omnilateral capaz de superar esse sistema.

5.0 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou, por meio de uma breve sistematização da bibliografia específica e análise documental, problematizar o mito da qualificação e da formação profissional como solução quase mágica para o desemprego. A discussão que envolve a temática da qualificação se mostrou atrelada as questões que englobam o emprego e a renda. Essa correlação surgiu em meados dos anos 70, no auge do capitalismo monopolista, com uma tentativa de propor saídas para duas questões que constrangia o capital; a latente desigualdade social e o problema do desemprego.

Theodore Schultz, foi um dos grandes nomes a propor essa concepção, segundo a qual a educação e economia teriam uma relação direta, de modo que seria possível “justificar” a riqueza de uma nação ou indivíduo pelo nível de qualificação que este/esta possui. Deste modo, os problemas de países explorados (os denominados de terceiro mundo) não seria a extração de suas riquezas e a intensa exploração de mão de obra, nem as mais diversas

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

condições impostas pelo imperialismo, mas o simples fato de que estes não possuem um investimento em educação capaz de qualificar sua mão de obra para as demandas do mercado e deste modo promover uma gradativa ascensão social e uma divisão de renda mais justa e igualitária.

A partir de então, se disseminou essa concepção que ao cair no senso comum, encontrou na ciência teóricos que reforçavam essa grande falácia. Inúmeras políticas públicas foram sendo criadas a partir desta perspectiva, inclusive, uma das metas do governo para tentar conter o fluxo cada vez mais crescente de desempregados foi criar saídas pela via da qualificação, numa perspectiva de possibilitar a estes sujeitos, agora “mais atualizados”, uma inserção no mercado de trabalho. E isso se mostrou tão evidente que em 2014, o governo teve como meta oferecer 7,9 milhões de vagas até o final do ano para que por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional os(as) trabalhadores(as) pudessem ter acesso a uma educação profissional e tecnológica e com isso conseguirem a garantia de emprego.

Porém, ao realizar a pesquisa utilizando dados do CAGED, SECTTI, outros sites de instituições e anúncios da coluna de empregos do jornal “A Gazeta”, foi possível propor um debate que visava compreender até que ponto a qualificação e a escolarização são pré-requisitos para inserção no mercado de trabalho.

Foi possível perceber que atualmente, o mercado tem valorizado muito mais a experiência profissional do que a qualificação e a escolarização, inclusive, foi possível comprovar que a maioria das demandas por emprego é cada vez maior para as profissões que menos exigem algum tipo de formação.

O mito da qualificação cria uma situação que põe o trabalhador como grande culpado pelo seu desemprego. Mesmo que o trabalhador se qualifique, ainda assim não está livre da culpa, pois tais perspectivas o culpabilizam pela sua não empregabilidade. A TCH força cada vez mais o trabalhador a “acreditar” que quanto mais “capacitado” ele for, mais chance ele tem de se inserir no mercado.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

É óbvio que é de interesse do capitalista contratar profissionais melhores formados a um custo baixo, porém, o problema da falta de emprego não é uma questão de fazer cursos, “reciclagens”, “qualificações”, etc, pois nenhum curso de qualificação social e profissional tem condições de criar vagas no mercado, a não ser para determinados setores que veem na mercantilização da educação e da privatização do ensino como um meio de angariar mais capital. Logo, foi possível perceber com a pesquisa, que não é porque se têm mais cursos que haverá mais empregos. Simplesmente pelo fato de que se não existir demanda no mercado que absorva estes trabalhadores eles não terão como trabalhar mesmo sendo “qualificados” para tal. Portanto, o que vemos são inúmeros trabalhadores que fazem vários cursos, na esperança de ampliarem sua empregabilidade e percebem que, o que de fato se tornaram, foi numa camada de desempregados qualificados.

A grande questão é que a TCH e o discurso da empregabilidade vem ganhado força por ter um “poder” de contenção de massas indiscutível. A tática de culpabilizar o trabalhador e por nele a responsabilidade para seu sucesso ou fracasso profissional, evita o despertar de uma consciência coletiva que perceba o sistema capitalista como o maior problema para a falta de emprego.

De fato não se pode negligenciar a importância da formação para a atuação do profissional. Porém não é a qualificação profissional que irá resolver o problema do desemprego. Ainda que se consiga garantir políticas públicas de qualificação social e profissional de qualidade, interligada a uma escolarização omnilateral e universal, isso por si só não seria a solução. O fato é que o sistema capitalista traz em si vários problemas que só poderão ser resolvidos quando a classe trabalhadora tomar consciência da força social que possui, e dotada desta compreensão, lutar pelo fim desse sistema que prioriza o desemprego e a exploração, e imbuído de uma ampla formação cultural e profissional, construir uma nova sociedade que tenha como premissa não só a socialização do saber, mas dos meios de produção e das riquezas acumuladas.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

REFERÊNCIAS

AZEREDO, Beatriz; RAMOS, Carlos Alberto. **Políticas Públicas de Emprego: Experiências e Desafios.** Planejamento e Políticas Públicas N° 12 - Jun/Dez de 1995. IPEA. <Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/142>> Acesso em 11/12/2015

BRASIL. **Código Brasileiro de Ocupações.** Brasília: MTE, 2013. Disponível em: www.mte.gov.br/cbosite/pages/home Acessado em Janeiro de 2013.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de Setembro de 1996.** Institui as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 23 de Julho de 2004. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm>. Acesso em 14/09/2015.

_____. **Decreto nº 70.882, de 27 de Julho de 1972.** Dispõe sobre o programa intensivo de Preparação de Mão-de-Obra - PIPMO e dá outras providências. Brasília, DF: 27 de Julho de 1972. Disponível em <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=200605>>. Acesso em 14/09/2015.

_____. **Guia Pronatec de cursos FIC.** Brasília: MEC, 2012. Disponível em: pronatec.mec.gov.br/fic/ Acessado em outubro de 2012.

_____. **Ministério da Educação.** Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Documento Base, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_fundamental_ok.pdf> Acesso em 14/09/2015.

_____. **Ministério da Educação.** Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Documento Base, 2006. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/setec>> Acesso em 14/09/2015.

CASTIONI, Remi. **O sistema da proteção ao trabalho no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo)

_____. **Da Qualificação à competência: Dos fundamentos aos usos – O PANFLOR** como dissimulador de novos “conceitos” em educação. Campinas, SP: [s.n], 2002. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

CASTRO, Cláudio de Moura. **Desenvolvimento econômico, educação e educabilidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

CASTRO, Ramón Peña. **Escola e Mercado**: a escola face à institucionalização do desemprego e da precariedade na sociedade colocada ao serviço da economia. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 79-92, jan./jun., 2004.

FRANÇA, G. N.; GASPARINI, C. E. e LOUREIRO, P. R. de A. **Relação entre escolaridade e renda no Brasil da década de 1990**. Disponível em:
<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/mesa8_texto3.pdf>>aceso em 03/06/2014 16 horas

FRANZOI, Naira Lisboa. Et al. **PROEJA e PRONATEC**: Ciclo de Políticas, políticas recicladas. *Revista Políticas Educativas*. V.6, n.2, p. 84-100, 2013 - ISSN: 1982-3207

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica social e capitalista. São Paulo: Cortez, 2006

GODEIRO, Nazareno, org. **Os Motivos da Revolta Popular**: Um balanço crítico do governo do PT por Nazareno Goeiro, Daniel Romero e Érika Andreassy. São Paulo: ILAESE, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, 1995.

LIMA, Marcelo. **Ensino Médio**: Qual a importância da Escola? Vitória: SINDIUPES, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003.

OLIVEIRA, Ramon. A teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira. **Revista Boletim técnico SENAC**. Vol. 27, N 1, Jan/Abril 2001. pp. 1-13.

_____. Educação e Salários: o que nos diz o mercado de trabalho IN: 36ª Reunião Nacional da Associação de pesquisa e pós-graduação em Educação de 29 de setembro a 02 de outubro de 2013 em Goiânia-GO, Anped 2013.

PARANÁ. Governo do Estado. **Educação Profissional - Ensino Médio Integrado - Eixo Tecnológico Infraestrutura**, disponível
<<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=745>>
Acesso em 14/09/2015

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

PEIXOTO, Patricia Ebani. **Do Planfor ao PNQ: Uma análise comparativa sobre os planos de Qualificação no Brasil.** 2008. 136f. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

PIUMHI, Prefeitura Municipal. **Relação de cursos profissionalizantes.** Secretaria de Comunicação. Disponível em <http://www.prefeiturapiumhi.mg.gov.br/sitenovo/?pg=noticia&id=516>. Acesso em 25/11/2015

POCHMANN, Márcio. **O Emprego no Desenvolvimento da Nação.** São Paulo: Boitempo, 2008.

RAMOS, Davidson Afonso de. **Políticas Públicas Ativas de Emprego: Estudo de caso do Plano Nacional de Qualificação Profissional - PLANFOR.** Belo Horizonte - MG, 2006 - p.136. Dissertação. Mestrado em Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006

SANTIAGO, Ariane de Cássia Queiroz. **A Educação Profissional e os programas de qualificação no Brasil: Apontamentos críticos de um resgate histórico.** In: Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. 7, 2013. São Cristóvão - SE. 8p. ISSN 1892-3657

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** 4ª Ed. Autores Associados. SP: 1981 (Coleção Polemicas de Nosso Tempo)

SCHLINDWEIN, Madalena Maria. SHIKIDA, Pery Francisco. **Análise Comparativa do desemprego no Brasil durante as décadas de 80 e 90: Implicações e panoramas econômicos.** Revista Economica Ensaios, V.15, n.1, 2000. ISSN: 1983-1994 <Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/1189>> Acesso em 11/12/2015

SENAC. DN. **Referenciais para a educação profissional do Senac /**Maria Helena Barreto Gonçalves; Joana Botini; Beatriz Arruda de Araújo Pinheiro et al. Rio de Janeiro : SENAC/DFP/DI, 2004. 80p

SENAI. PERNAMBUCO. Disponível em: <<http://www.pe.senai.br/cursos/areas/>> Acesso em 25/11/2015

TOLEDO, Flaviana Alves; RUMMERT, Sonia Maria. **O PNQ e a política de qualificação profissional de trabalhadores a partir dos anos 90.** Trabalho Necessário, ISSN: 1808-799X, ano 7 – número 9 – 2009. Disponível em <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN09TOLEDO.pdf>> Acesso em 18/11/2015